

A decadência das escolas tradicionais

“Eu estudo na São Francisco”, costumam res-ponder os alunos de Direito da Universidade de São Paulo, quando as pessoas perguntam que curso estão fazendo. A resposta identi-fica a faculdade, mas ao

mesmo tempo reflete um pre-conceito que ainda continua entre os estudantes das esco-las mais famosas e tradicio-nais: “Eu faço a Pinheiros”, dizem os acadêmicos de Me-dicina, enquanto um aluno da Escola Politécnica expli-

ca que “Poli é Poli e USP é USP”. Muitos reagem à dis-criminação, mas ela conti-nua — mais nas faculdades de Direito e de Medicina que se mantêm isoladas em seus velhos prédios, mas também na Politécnica, que se mu-

dou para a Cidade Universi-tária, mas integrar não se integrou.

Direito, Medicina e Po-litécnica ainda são, apesar da crise geral, as unidades mais preservadas da USP, mas também elas não estão resistindo à decadência que já mudou a sua imagem e agora ameaça a qualidade do ensino. Professores e alu-nos das três faculdades têm as mesmas queixas de seus colegas e denunciam as mes-mas falhas: bibliotecas de-satualizadas, laboratórios antiquados, currículos ul-trapassados, cursos sem in-teresse e, principalmente, muita burocracia. A tradi-ção também é criticada, mas muitos ainda se orgulham dela.

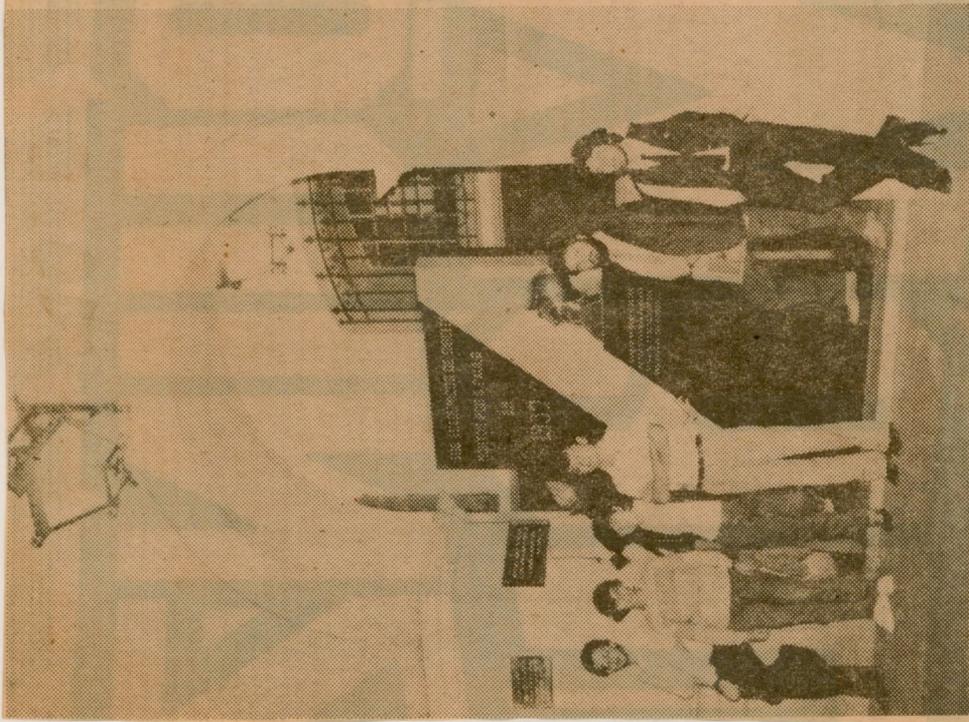
MAYRINK, José Maria. A decadência das escolas tradicionais.
Estado de São Paulo. 19 ago. 1984.

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE033387

JFT 6.7.9.7-1

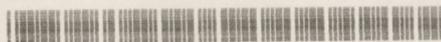


Fotos Antônio Lúcio, Osvaldo L. Palermo e Rolando de Freitas

Os alunos da S. Francisco, da Politécnica e da Medicina discutem suas escolas e chegam à mesma conclusão: o ensino vai mal

MAYRINK, José Maria. A decadência das escolas tradicionais.
Estado de São Paulo. 19 ago. 1984.

07787.P.3-2



MAYRINK, José Maria. Na S. Francisco, o culto a um passado de glórias. Estado de São Paulo. 19 ago. 1984.

Na S. Francisco, o culto a um passado de glórias

Ana Maria Bierrenbach e Max Basile Filho chegaram este ano, são quase ainda calouros. Maria Paula Dallari, Sérgio Shinji Miyake e Edson Gramuglia Araújo são veteranos — ela no segundo, eles no quarto ano. Flávio A. S. Straus é quase um bacharel, já está terminando o curso. Todos são alunos da São Francisco, a Faculdade de Direito da USP, sobre a qual eles discutem aqui, falando de seus professores e do ensino, de suas expectativas profissionais e de sua experiência acadêmica, criticando e dando sugestões. Nestas linhas, o resumo de um debate que durou duas horas.

Flávio — Quando se fala em tradição da São Francisco, para muita gente é sinônimo de *carefice*. Ou fazem disso um culto que começou já em 1827: desde seu começo esta escola foi um lugar para onde afluem os loucos, como Fagundes Varela, Castro Alves e Álvares de Azevedo. Era a idéia que eu também fazia, do primeiro até o quarto ano. Aí comecei a trabalhar no Departamento Jurídico, que presta assistência gratuita aos pobres. Então mudei.



JOSÉ MARIA MAYRINK

Maria Paula — Seria anacrônico pensar que tradição significa aliança com o poder, uma tradição que fossiliza, que vem da Revolução de 32. Se for isso, a decadência pode ser um bom sintoma. A São Francisco está desintegrada do *campus* da área de Ciências Humanas à qual pertence. Gosto deste prédio, da escola, mas isso é relativo. Quando perguntam onde estudo, eu respondo: na Direito/USP. Não digo São Francisco e minha resposta é uma posição política. Quem fala de decadência pode estar externando uma mágoa, a aristocracia sempre considerou as Arcadas como se fosse a sua casa. O ensino é fraco, mas a crise é da universidade.

Edson — Todos sentem que a universidade não cumpre seu papel na sociedade. A USP, que nasceu como um modelo paulista de universidade, copiou a Europa em sua origem, continuou anacrônica na década de 60 e sofreu um retrocesso com 64. A crise é do ensino ou do Direito?

Max — Quem lê o *Jornal do Calouro* vê que os novos gostam do tradicionalismo. Consideram que é o baluarte da cultura. A gente sente muita decepção ao chegar em todos os sentidos: professor, prova, aula... A São Francisco, no entanto, não é uma "porcaria", porque é a melhor. E há uma inoperância política.

Flávio — No dia 26 de abril, *the day after*, quando a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada, o ato público foi aqui.

Sérgio — A decadência não é do ensino, é do aprendizado. Espera-se muito do professor, mas a maioria não estuda. Os professores podem ser ruins, mas o aluno precisa estudar de verdade. A má imagem do advogado é a do profissional que enrola. Os estudantes não se preocupam em estudar. Não é a escola que faz o bom aluno.

Edson — Não sei se a atividade do aluno pode recuperar o espírito acadêmico. O professor dá boa-noite, fala e vai embora. Ele fala, o aluno ouve. São teorias de livros que se reproduzem.

Flávio — Só comecei a me interessar no quarto ano, porque peguei a prática. É preciso criar, mudar e esse problema é do Brasil e do mundo. Mas há resistência. Aqui na São Francisco, por exemplo, não existe até hoje a cadeira de "Execução Penal".

Max — Aqui ninguém estuda. Como mudar? Só sabendo o porquê das coisas, vasculhando livros e enciclopédias.

Maria Paula — É perigosa essa posição. Não se pode culpar um aluno que não tem estímulo. O interesse profissional estimula, mas haverá reflexos, se não houve também a teoria.

Flávio — No segundo ano, já se faz estágio, mas o estudante corre o risco de se tornar um *boy* de luxo. Melhor é o Departamento Jurídico: você pega uma pessoa chorando, as implicações são psicológicas, jurídicas, sociais, políticas...

Edson — Nossa função é criar. Mas a estrutura de poder tolhe a liberdade. Os colegiados de docentes, por exemplo.

Ana Maria — Você não tem liberdade de criação e, além disso, é para a elite.

Maria Paula — Ser vanguarda? Discordo. A gente critica o ensino técnico, mas quando o Lula começa a falar, vê-se que não é preciso ter diploma na mão.

Edson — A crise do movimento estudantil coincide com a ascensão do movimento operário. O estudante vê que sua função é produzir para uma nova sociedade. O exemplo está aí no Centro Acadêmico XI de Agosto, que elegeu a chapa *The Pravda*, uma contestação nas palavras estrangeiras e no som que insinua em português: *de-prava*.

Maria Paula — Como contestar? Meu professor de Direito Civil só percebeu que o curso estava uma porcaria quando a classe ficou vazia.

Max — Parece *baurrismo*, a São Francisco está isolada da USP, e isso é uma pena. Mas a política da São Francisco faz inveja às outras. Tudo aqui é político, a gente vê logo que chega e ninguém fica neutro: é direita ou esquerda.

Sérgio — Não gosto de política, como não gosto, por exemplo de *video-game*. Eu gostaria que, como na Espanha, houvesse grupos de estudos para incentivar.

Ana Maria — Tudo isso é política. (A Faculdade de Direito, que tem cerca de 2.500 alunos estudando de manhã e à noite, com 500 vagas nos vestibulares por ano, ainda é a unidade mais politizada da Universidade de São Paulo. Ali convivem (ou se batem) todas as tendências políticas, "da Convergência Socialista à TFP — Tradição Família e Propriedade", como observa Flávio Straus com sua experiência de cinco anos no largo São Francisco.)

MAYRINK, José Maria. Na S. Francisco, o culto a um passado
de glórias. Estado de São Paulo. 19 ago. 1984.



Foto Antônio Lúcio

Max, à esquerda: "Mas aqui ninguém estuda nada"



MAYRINK, José Maria. O bacharel dos novos tempos.
Estado de São Paulo. 19 ago. 1984.

O bacharel dos novos tempos

O bacharel de antigamente, que estudava as leis mas era também um homem de letras, é um profissional que já não se forma nos cursos de agora, nem mesmo na tradicional São Francisco, pois até ali o curso deixou de ser humanista para se tornar mais tecnológico. Decadência?

"Nada disso, seria saudosismo pensar assim, porque é apenas sinal de que os tempos mudaram e com eles se alteraram as exigências da sociedade", observa Tércio Sampaio Ferraz Junior, que fez Direito na USP na década de 60 e ali ensina agora em nível de graduação e pós-graduação.

Quando o professor Tércio estudava, eram só os catedráticos que davam aulas, sempre sob extremo respeito de seus alunos. Agora, com a massificação da universidade e o conseqüente aumento do corpo docente, os professores são também adjuntos, assistentes e auxiliares de ensino. Os estudantes mal se conhecem e todo o relacionamento mudou.

"E os professores, na sua grande maioria, não querem saber de tempo integral, dedicação exclusiva à faculdade, porque não é possível. Todos têm os seus escritórios ou empregos fora, seria uma utopia em termos brasileiros, embora na Alemanha e em outros países seja assim. Também o aluno não estuda mais em tempo integral, pois muitos deles trabalham. Quanto a estas queiras ("Hoje em dia não se estu-

da mais, não se sabe nada"), sempre foram uma constante. Não quero banalizar as críticas, mas elas não são de hoje."

Há 40 anos, podia-se dar uma biblioteca mínima para o bacharel. Quem dominasse aqueles livros seria um bom profissional. Mas o perfil do profissional se modificou. As informações são mais diversificadas. O advogado tem de ler jornal, saber de economia, sempre em busca de informações mais abrangentes:

"Dá a sensação de decadência e despreparo. As vezes, ele tem um conhecimento menos consistente, na medida em que é mais diversificado. O que houve foi uma mudança social. E a sociedade, que exigia menos advogados, passou a precisar mais deles. Hoje todos os bacharéis acabam atuando e freqüentemente atuando mal. Quando a demanda era pequena, poucos se expunham e não havia grandes traumas".

Para o professor Tércio, o isolamento que parece proteger a São Francisco, afastada do campus da USP, pode parecer um privilégio, mas é também uma desvantagem. Não acompanha certas evoluções necessárias. Como não percebe alguns problemas, acaba acordando tarde demais para eles. Um exemplo é a extinção da cátedra. Presa ao seu tradicionalismo, ela demorou a descobrir que, não havendo catedráticos, precisava contratar assistentes.



MAYRINK, José Maria. Estudantes discutem o papel do futuro médico. Estado de São Paulo. 19 ago. 1984.

Estudantes discutem o papel do futuro médico

Que tipo de médico a USP deve formar e para onde vai o médico que ela forma? Estas perguntas, que ainda não têm resposta, começam a preocupar os 1.050 alunos da Faculdade de Medicina da avenida Doutor Arnaldo — a Medicina Pinheiros —, que discutem cada vez mais o mercado de trabalho e, dentro dele, a relação médico/paciente.

“A universidade não sabe o que oferecer à sociedade nem o que se espera dela, porque a democracia e a abertura que foi possível conseguir no Estado ainda não chegaram aqui”, diz Marcelo Silber, aluno do 5º ano, com uma fita da oposição (“Tancredo já”) pregada na camisa.

Como todos os seus colegas, ele sabe que a medicina liberal está morrendo e, por isso, são poucos os médicos — talvez apenas 5% — que ainda vivem do consultório. A expectativa deles é outra (medicina de grupo, hospitais, Inamps), o que significa arranjar um emprego e trabalhar como assalariado.

“A sociedade se espelha na sociedade e, como a realidade é esta, já se reflete no ensino”, observa Marco Aurélio Santo, também do 5º ano, mostrando como começam para os jovens idealistas as decepções que, formando-se, vão encontrar fora da faculdade.

Os médicos correm o risco de tornar-se peças de uma máquina que tem a preocupação do lucro e os estudantes se angustiam com essa perspectiva, porque eles sabem não haver outra opção. A angústia percebe-se nos seminários e congressos que discutem os problemas da profissão, mas contagia também as conversas informais do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, que vem incentivando esse tipo de debate.

“O centro acadêmico tornou-se um ponto de convergência dos estudantes, um lugar de encontro e vivência, de muito maior importância depois que a mudança para a Cidade Universitária dividiu as faculdades, embora o campus dê a impressão de reuni-las”, diz Ioanes Liantakis (do 4º ano).

Além de ficar isolada das outras unidades que, na maioria, se concentraram na Cidade Universitária, a Medicina acabou vendo seus alunos ainda mais espalhados: os dois anos do curso básico são feitos no Instituto de Ciências Biomédicas do campus, onde funciona também o Hospital Universitário, enquanto os estudantes dos outros quatro anos se espalham entre o centro

de saúde da av. Doutor Arnaldo e o Hospital das Clínicas.

O que está falhando nesse sistema, segundo Ioanes Liantakis:

“Depois de oito anos parado, o Hospital Universitário tem agora seções de pediatria e obstetrícia, prometendo para 1985 a abertura das clínicas médica e cirúrgica. Será bom para os estudantes em estágio, se for mesmo um hospital distrital para atender as patologias comuns, que interessam mais para a formação da maioria. O Hospital das Clínicas é um centro de triagem que trata sobretudo de casos crônicos e difíceis. O pronto-socorro é uma excelente escola (o sexto ano aprende nele), mas os alunos dependem dos residentes”.

“É uma salada”, acrescenta Marcelo Silber, porque nem todos os médicos que trabalham e ensinam no Hospital das Clínicas estão funcionalmente ligados à USP. “Não sou contratado para dar aulas e não ganho para isso”, alguns deles alegam, quando os internos querem aprender com sua experiência.

Nas instalações da faculdade, o prédio de av. Doutor Arnaldo, falta equipamento nos laboratórios e frequentemente os professores são obrigados a tirar dinheiro do bolso para dar aulas práticas. Aparelhos de ultrassom e três tomógrafos modernos foram comprados e em seguida encostados, porque não havia recursos para operá-los.

O Hospital das Clínicas recebe verbas da Casa Civil, enquanto a faculdade depende do orçamento da USP. Uma duplicidade confusa que, na prática, acaba resultando em falta de recursos.

“O ensino naturalmente sofre as conseqüências, embora não haja problema de bons professores”, observa Ioanes Liantakis, para quem a solução parece ser “aproveitar melhor os recursos humanos disponíveis, mesmo sem verbas suficientes”.

Marco Aurélio concorda: recursos humanos há, “mas os professores estão formando profissionais para o mercado que está aí fora”, sem discutir seriamente se correspondem mesmo às verdadeiras necessidades do País. É uma discussão difícil, na opinião de Marcelo, “porque ainda prevalece a palavra do professor titular”.

“Os departamentos suprimiram as cátedras, mas continua o peso do titular. Há muito jogo de influência e muita proteção mútua”.



MAYRINK, José Maria. A crise da velha engenharia.
Estado de São Paulo. 19 ago. 1984.

A crise da velha engenharia

"Todas as tentativas de rever o curso até agora deram em nada", informa o professor Antônio Galvão Novaes, chefe do Departamento de Engenharia de Transportes, na Engenharia Civil, lamentando que a Politécnica não aproveite a crise para uma rediscussão de todos os conceitos até agora ensinados:

"A Engenharia atravessa uma fase de transição muito grande, em todas as áreas. O computador, por exemplo, traz possibilidades imensas, se não for usado como mero repetidor. A Topografia, a Hidráulica, todas as especialidades estão evoluindo e precisam ser repensadas, mas para isso é necessário haver flexibilidade. O problema é que está tudo cristalizado. A universidade não pode ir a reboque de uma realidade momentânea, sujeita às instabilidades, mas tem de ser capaz de adaptar seus cursos à realidade."

Isso significa, explica o professor, que se devem evitar dois excessos: a formação muito teórica que desconhece as necessidades do mercado e do Brasil, e a vinculação do aluno aos problemas do momento, sem reflexão maior.

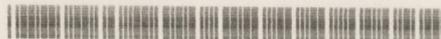
"A Politécnica tem a obrigação de refletir constantemente e fazer uma autocrítica sobre o que representa a Engenharia e como se deve avançar. A tecnologia depende de pequenos avanços, a partir de uma técnica de formação básica e crítica. Talvez fossem pionei-

ros os engenheiros formados dentro desse critério, pois certamente teria até prioridade de emprego."

Novaes considera a universidade elitista já pelo sistema de vestibular, mas identifica o elitismo também ao longo de toda a formação do engenheiro:

"O objetivo de todo engenheiro que se forma não é ser um bom técnico, é ser um bom administrador. Se tem de fazer um projeto pessoalmente, sair a campo, sente-se mal. Quer ficar atrás de uma mesa, ainda que seja apenas para ser chefe. Estudei nos Estados Unidos e uma coisa que aprendi lá foi esta: existe a preocupação de ser técnico."

O professor Novaes concorda que a Politécnica é muito conservadora e resiste às mudanças, "que poderiam ser feitas, pois professores e alunos estariam preparados, se não fossem as barreiras impostas pelos departamentos e as vaidades pessoais". Ele acha também que falta um maior número de professores em tempo integral, "de acordo com as vocações, não por simples razões externas", embora esse regime não interesse nem seja possível a todos. O que mais se vê "são professores de nome fazendo da Poli um cartão de visitas":



MAYRINK, José Maria. E há vagas sobrando na tão famosa politécnica. Estado de São Paulo. 19 ago. 1984.

E há vagas sobrando na tão famosa Politécnica

A Escola Politécnica, que oferece 600 vagas nos vestibulares para sete opções de Engenharia, tem 1.001 alunos no primeiro ano — os que entraram em 84 e a sobra dos que fizeram o curso básico mas não escolheram uma carreira, ou porque não completaram os 36 créditos necessários (cerca de 120 estudantes) ou porque (esses chegam a 245) não conseguiram classificação para a área preferida. Há lugar sobrando na Engenharia Civil, Metalúrgica e de Minas, mas falta na Mecânica, Química, Naval e de Eletricidade.

Américo Bello, que pretendia fazer Eletricidade, está há três anos no Básico preparando-se para optar. Completados todos os créditos, terá de tomar uma decisão agora e já sabe o que vai decidir: tentar o vestibular outra vez, porque não quer entrar em outro curso "só porque tem vaga".

"O problema — observa ele — é que se insiste na fixação do número de vagas, sem a menor flexibilidade para as variações do mercado de trabalho. Um problema de estrutura, mas tomam-se medidas administrativas: a Poli resolveu exigir a opção já nos vestibulares, para evitar os florestas como eu, isto é, os alunos que ficam repetindo ano entre os bichos-calouros para melhorar a classificação".

Sua experiência na escola foi, até agora, quase três anos de "marasmo", os problemas se arrastando sem solução, "porque o diálogo é zero e o conservadorismo da Poli não permite mudanças e os professores novos aqui não têm voz".

Seu colega Alexandre Cordeiro, aluno do 3º ano de Engenharia Civil, resume todos os problemas numa só palavra: verbas. A falta de recursos não permite a contratação de professores em tempo integral, os cursos são desatualizados, são precários os equipamentos nos laboratórios.

"Os professores são autoritários, os mais velhos. Eles falam, os alunos escutam. Falta estímulo e há muita decepção, não só na escola, mas em toda a USP. A universidade é que decepciona. Estamos na Cidade Universitária, e assim mesmo isolados."

Renato Tsukamoto, do 2º ano de Mecânica, já parou para pensar nessa situação, imaginando se não seria apenas na área de Ciências Exatas, se não seria diferente e melhor em cursos como Filosofia e Economia. Sua conclusão:

"A Politécnica foi incorporada ao campus, mas continua isolada. Poli é Poli, USP é outra coisa. Os professores isolam-se, os alunos também, mas bem menos, não há base humanística e o ideal seria que houvesse integração, com possibilidade de um estudante de Engenharia fazer matérias também na História ou na Filosofia.

Isso é ruim para todos, esta é a opinião de Márcia Reiff Castellani, do 2º ano de Engenharia Química, porque "se falta uma visão humanística à gente, outras áreas também deixam de ser beneficiadas com uma formação técnica".

O isolamento que os alunos da Politécnica sentem não se explica só pela sua antiga tradição, mas também pela tendência de fazer deles "estudantes puros", como Márcia observa:

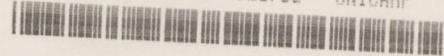
"Chegamos aqui às 8 horas, almoçamos e ficamos até as 18 horas, porque a distância não permite sair e voltar. A Poli estimula esse sistema, de consequências muito negativas: não há tempo para estudar, ler, pensar".

Márcia, Américo, Alexandre e Renato — todos da diretoria do Grêmio Politécnico — gostariam que os estudantes de Engenharia tivessem também maior participação política, mas reconhecem que a conscientização quase não existe:

"Mesmo aqui no Grêmio, a gente acaba prendendo-se a problemas internos da Poli com seus 3.400 alunos. Estamos discutindo a qualidade de ensino e tentando encontrar uma solução para os problemas de evasão, cursos sem interesse, sobra de vagas e excesso de 'repetentes' à espera de melhor opção no primeiro ano".

O Grêmio Politécnico, que tem uma história de 80 anos, é contrário à antecipação da opção para os vestibulares e tentou discutir a questão com a diretoria da escola, sem resultados. E opõe-se também à proposta da Eletricidade de prolongar o ano letivo, aumentando a carga horária, como medida para melhorar o nível.

"Estão confundindo qualidade com quantidade", argumentam os estudantes, que preferem uma reformulação dos cursos para adaptá-los à realidade do mercado e das necessidades brasileiras. "Muitos abandonam o curso — observa Márcia — porque chegam à conclusão de que não vale a pena estudar cinco anos para uma engenharia que não tem sentido."



MAYRINK, José Maria. A reforma contra a medicina.
Estado de São Paulo. 19 ago. 1984.

A reforma contra a Medicina

É uma contradição: a Medicina não se integra, tenta manter-se isolada, mas numa administração centralizada, como é a da USP, depende da reitoria para a distribuição de recursos. A consequência é que ela recebe verbas marginais no orçamento global.

"Aí está uma das causas da decadência da Medicina que, na verdade, não é só dela porque é de toda a universidade", afirma o professor Guilherme Rodrigues da Silva, superintendente do Hospital das Clínicas e titular de Medicina Preventiva na faculdade.

Ele relembra as gloriosas origens da escola, quando nasceu em 1913/1914 do projeto da Comissão da Fundação Rockefeller, que chegou a São Paulo com os ideais da reforma médica realizada nos Estados Unidos: tempo integral para os professores, um hospital de ensino, laboratórios moderníssimos.

"A construção começou em 1938, a inauguração foi em 44, mas o projeto foi de antes", diz o professor Guilherme, lamentando a falta de percepção dos responsáveis pela decadência, pois isolaram a Medicina do resto do País. Formou pessoal, uma grande contribuição, mas não participou da discussão do ensino médico.

"Com a reforma universitária, na década de 70, um dos males foi a separação das cadeiras básicas", afirma o professor, "porque se nivelou a qualidade por baixo no Instituto de Ciências Biomédicas. O Hospital Universitário,

que seria voltado para a comunidade, um hospital geral, só ativou 90 dos 410 leitos previstos. Equipamentos caros ficaram no galpão, estragando. A reforma ampliou as atividades, sem ampliar os recursos. Algumas cadeiras básicas tiveram o apoio no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e de instituições internacionais. Mas as áreas aplicadas, que não tinham tradição, nada receberam. Veio a estagnação".

Com a reforma, a Medicina perdeu as pesquisas que se faziam nos departamentos básicos (fisiologia de rim e neurológica, por exemplo) e só ficou com as pesquisas clínicas, que sobrevivem graças aos recursos do HC, e com os laboratórios de Patologia, Medicina Legal e Medicina Preventiva. O nível e o volume caíram:

"Existem 60 laboratórios de investigação médica do HC na faculdade, mas somente uns seis funcionam".

O professor Guilherme Rodrigues da Silva responsabiliza também o "apego à tradição" pela decadência da Medicina, que já foi um centro de excelência, uma escola padrão, mas acha que a maior culpa é do governo:

"É a postura política de não prestigiar a universidade, partindo da presunção de que ela desperdiça recursos. No entanto, ela é fator de desenvolvimento tecnológico e de crescimento econômico".